

Aula 7- NEI, desenvolvimento político e crescimento económico

1- As aplicações da NEI à análise das instituições políticas

2- O contributo de Douglass North

2.1- Uma visão predatória dos estados fracos

2.2- A importância da trajetória – Path Dependence

2.3- Mudança institucional e desenvolvimento

3- Instituições políticas e crescimento económico

Na aula passada, estudámos a teoria de Mancur Olson sobre os incentivos para a ação coletiva e vimos que na linha dessa abordagem encontramos a teoria da Escolha Pública – isto é, das escolas que analisam o racional da ação coletiva e das instituições políticas com as ferramentas analíticas da economia: agentes racionais, egoístas, maximizadores (de poder – de votos- ou de capacidade de manipulação dos mercados. Esta análise está no campo da microeconomia)

Todavia, da teoria da Escolha Publica (Public Choice Theory) desenvolve-se uma extensa literatura institucionalista sobre a economia política e os fundamentos económicos dos estados, sua relação com a *incerteza estratégica* na coordenação entre estado e eleitores (ou entre governantes e governados), por um lado, e os custos sociais de estados que, enquanto organizações que congregam atores com um dado comportamento, impõe elevada *incerteza estratégica* nas transações económicas.

Nesta linha de abordagem destacou-se Douglass North. O seu cruzamento com a ciência política não é inteiramente coincidente com a agenda da Public Choice , porque o que interessou a Douglass North, e na sua senda Acemoglu, Robinson e Johnson, é o processo de mudança das instituições , entre as quais as instituições políticas. Todos estes autores consideram que a mudança das instituições contém um nível causalidade radicado na origem do próprio processo dinâmico de mudança.

Na linha do que falaremos hoje é uma parte da Nova Economia Institucional que deu um contributo teórico para problemas de desenvolvimento, atendendo a que uma das componentes do desenvolvimento é de natureza política e económica: crescimento e distribuição do rendimento.

1- As aplicações da NEI à análise das instituições políticas

Uma teoria económica do Estado assente nas seguintes proposições:

- 1 – O Estado é uma organização com vantagens comparativas na provisão de bens públicos : defesa, lei e justiça
- 2- As vantagens comparativas do Estado nessa função estão dependentes do poder de coagir o pagamento dos bens públicos através de impostos
- 3- As vantagens comparativas do Estado reforçam-se com a legitimidade do poder coercivo assente num **contrato social**

O tema desta aula tem como intenção descrever o contributo da NEI para o entendimento macroeconómico e longa duração, ainda que parta de proposições comuns com a teoria da escolha pública.

O essencial da análise presume que as sociedades complexas precisam de Estados porque:

- Vantagens da provisão de bens públicos por uma organização que tem legitimidade coercitiva – porque a provisão de bens públicos será sub-ótima através de coordenação de mercado por efeitos de free-riding
- Todavia, a legitimidade do estado para exercer coerção através da fiscalidade – tributação , decorre de um contrato social; portanto trata-se de formalizar o *rationale* do consentimento da coerção e tributação pela outra parte do contrato
- A análise da nova economia institucional, neste campo, admite que numa economia, parte de alocação de recursos faz-se pelo estado, mas admite também que a existência de estado é uma forma específica de ação coletiva que tem custos sociais : o que assegura que o estado cumpra o contrato social?

1- As aplicações da NEI à análise das instituições políticas

O dilema do estado forte: o compromisso credível

- O problema da inconsistência temporal de preferências: risco moral do agente

Soluções para o dilema do estado forte:

Desenho de **constituições políticas** que asseguram o auto-constrangimento dos decisores a **seguirem o seu compromisso de programa de governo, (ou de serviço de dívida, de estabilidade política monetária, etc)**

Analogia entre custos de transação económicos e custos de transação políticos

O maior contributo destas abordagens prende-se portanto com o problema nuclear de toda a ciência económica: entender porque há países desenvolvidos e porque há países ainda à margem dos benefícios efetivos do aumento do rendimento.

a) Aula de hoje, pela exposição do contributo de Douglass North, centra-se no inquérito ao que pode correr mal com a existência de Estado (O dilema do estado forte: “quem é o polícia do polícia”)?

Por um lado, a existência de estado- e das instituições formais - é uma condição para redução de custos de transação económicos, e com isso ocorrerá crescimento da atividade económica:

1- Porque o estado é a Terceira parte em contratos económicos - tem uma função fundamental na segurança dos direitos das partes, contribui pela ação judicial e para minimizar o risco moral no cumprimento dos contratos

Por outro lado, o Estado pode ser causa de aumento dos custos de transação económicos, por várias razões:

2.1- O Estado pode ser uma das partes num contrato, sendo simultaneamente jogador e árbitro. O que impede o estado de ter decisões que lesam a outra parte num contrato?

Em termos coletivos, o problema é :

2.2- o que impede o estado (decisores políticos) de terem um comportamento inconsistente antes e depois do contrato social? seja, o que assegura o cumprimento do programa de governo?

É um dos problemas exemplificativos de inconsistência temporal de preferências. Como a expressão indica, preferência por uma dada política - antes do tempo da tomada de decisão - e , preferência por outra política, posteriormente, no tempo da tomada decisão, define inconsistência entre escolhas ex ante e ex post, o que constitui o risco moral incutido pelos decisores políticos (agentes) numa relação de principal-agente (governo e governados).

Com esta abordagem surgem as analogias entre **custos de transação políticos** e custos de **transação económicos**: atritos na interação entre partes num contrato que implica inconsistência temporais de preferências. **Risco moral é um dos custos de transação políticos evidentes**: a noção de contrato requer incentivos ou outros mecanismos que tornem a observação do compromisso algo credível no futuro. A noção central destas abordagens: **compromisso credível. _ (confiança)**

- haverá uma terceira agencia capaz de ser isenta para fazer cumprir o contrato?

Um estado **forte é onde o risco moral está minimizado** e portanto a cooperação significa neste contexto de análise coletiva que as políticas implementadas e o comportamento dos decisores políticos não se desviam do que está estabelecido no contrato de legislatura

Assim sendo: o mercado precisa de um estado forte; mas um estado forte não é um estado sem freios/ pesos e contrapesos/ que constroem a atuação do governo.

Soluções para minimizar os custos sociais do dilema do estado forte:

c.1- **Separação de poderes** – definido nas constituições políticas (rule of law). A importância do poder judicial e sua autonomia total ou parcial do poder político. Uma variável com fundamentos em “famílias “ de direito – genealogias do direito romano/ direito germânico e o direito comum, conforme estas famílias chegam ao mundo contemporâneo “filtradas” pelos códigos napoleónicos.

Características das instituições políticas – número de atores que intervêm na decisão: pontos de veto – quanto maior o número de actores maior os custos de transação políticos, mas maior capacidade de monitorização – checks and balances/pesos e contrapeso – **poliocentricidade** dos sistemas representativos

C.2- Submissão a uma agencia de monitorização, autónoma dos decisores políticos, interna - tribunais constitucionais, bancos centrais independentes

C.3- adesão/inserção em organizações internacionais.

1- As aplicações de NEI às instituições políticas

1- Contrato como unidade de análise	Um programa como unidade de análise – contrato social
	mais elevada que nos CTE: desigual envolvimento das partes no cumprimento do contrato (seleção adversa de agentes e problemas de risco moral de ambas as partes do contrato)
2- Assimetria de informação	
3- Problemas de eficiência da agência	Múltiplas relações principal-agente
4- Mecanismos vários de minimização de custos de transação	Apenas um mecanismo: o compromisso credível do agente

Esta quadro sintetiza os itens que tornam a análise institucionalista transversal as interações económicas e políticas.

As similitudes decorrem de uma visão do espaço político como um espaço de contratualização, de concorrência entre interesses e decisões sujeitas a comportamentos que podem ser temporalmente inconsistentes – de curto prazo - devido a ciclos políticos eleitorais, ou devido ao facto de haver constituições políticas mais permeáveis à influência formal ou informal dos interesses organizados.

Em ambas as abordagens estão os 4 building blocks da análise neo-institucional das transações.

2- O percurso da obra de Douglass North

A sua obra baseia-se em três questões

- 1- Que relação entre instituições e crescimento económico?
- 2- Como emergem, evoluem e desaparecem as instituições?
- 3- O que explica a mudança social?

Na década de 1960 altera enfoque do que considera ser a importância da economia e questiona **processos de mudança**

Douglass North, mais um laureado pelo prémio Nobel, referencia obrigatória para uma gama muito ampla de estudos em economia sempre que a questão nuclear é: porque há casos nacionais com boas instituições e por que há casos nacionais de más instituições.

A questão pressupõe que

- 1- as instituições importam para explicar o desenvolvimento , porque as **instituições oferecem os incentivos**,
- 2- instituições não são uma variável imutável – estática, porque são endógenas – e não seguem uma evolução única- teleológica, no sentido de maior eficiência.

O percurso institucionalista de Douglass North começa com uma questão muito centrada nos problemas da microeconomia : o que explica a produtividade diferenciada de uma mesmo setor em diferentes economias. Se a tecnologia não é muito diferente, onde está a causa diferença de output por hora de trabalho?

A explicação encontra-a nas instituições: as regras do jogo – isto é, existência ou não de instituições que protegem direitos de propriedade e como se desenvolvem soluções para a falta proteção de direitos de propriedade.

Desta etapa, Douglass North apercebe-se da importância de uma análise económica das instituições políticas .

2- O percurso da obra de Douglass North

Três obras fundamentais :

1- ***Structure and Change in Economic History (1981)*** sintetizado em North, D. and Weingast, B., 1989. 'Constitutions and commitment: evolution of the institutions governing public choice in seventeenth-century England', *Journal of Economic History*, 49, 803–32.

2- *Institutions, Institutional Change and Economic Performance (1990)*

3- *Understanding the Process of Economic Change (2005)*

Os três pilares centrais da obra de North compõem-se de três vetores de análise que tornaram a economia neo institucional um contributo obrigatório para os estudos de desenvolvimento

A) Introduziu o papel das instituições na avaliação da eficiência económica

B) Elegeu ao longo da sua vida como tema fulcral de pesquisa: por que há mudança nas sociedades- historicidade da economia

C) Destaca que evolução/ mudança nas sociedades não ocorre necessariamente para alcançar-se coletivamente maior eficiência económica. Nessa diferentes evoluções (numas sociedades num sentido de maior eficiência, noutros casos para estagnação ou mudança sem ganhos de eficiência) revela-se a importância de um percurso que pode ser explicado por uma sucessão de acontecimentos demonstrativos da importância da génese de um acontecimento como contendo a explicação da sua causa (path dependence).

2.1- Uma teoria do Estado

Structure and Change in Economic History (1981)

Os benefícios sociais de um Estado designado de “forte”:

a) Estado é uma organização com vantagem comparativa no provimento de bens públicos.

Lei - serviços que reduzem custos de transação : padroniza medidas, normaliza (regulação) a vida económica, cria direitos de **propriedade seguros porque também respeitados pelas próprias instituições políticas.**

Monopólio da Violência – sobre uma dada região, cuja extensão é dependente da capacidade fiscal.

b) Constitui uma terceira parte num contrato entre agentes que torna esse contrato credível (reduz risco moral)

c) As instituições formais tornam o comportamento dos agentes mais previsíveis

d) As instituições políticas submetem-se a um compromisso credível num contrato social.

North desenvolve uma teoria do Estado no desenvolvimento: o respeito pelo contrato social conduz a boas instituições. O não respeito do contrato torna o Estado uma organização predatória.

Teorias do estado baseadas na ideia de contrato social – Hobbs – assumem que há um acordo coletivo para delegar a ordem na existência de estado.

Teorias de estado predatório – marxistas – assinalam que há sempre partes da sociedade que exploram esse pacto em benefício próprio, sendo o próprio estado na sua função de provedor de ordem o campo dessa exploração, ou porque é capturado por grupos organizados, ou porque os reguladores se comportam como agentes racionais maximizadores de um interesse incorporado no Estado (monopólio da lei e da violência) pressionando a capacidade extrativa do Estado.

2.1- Uma teoria do Estado

Structure and Change in Economic History (1981)

O governante pode estabelecer esse compromisso de duas formas:

1- dá provas de um compromisso responsável por auto constrangimento (reputação do governo), ou

2- É constitucionalmente constrangido a cumprir a lei (rule of law – constituição política)

- Na história e no mundo atual, raramente vemos o primeiro caso, em grande parte porque a pressão da despesa tem levado a atuações irresponsáveis na forma de angariar receitas.

Constituição desenha os mecanismos que minimizam o risco moral da soberania/governo.

No entanto, em larga experiência dos países da América Latina, nomeadamente na Argentina, os problemas de incumprimento na dívida externa ou dívida soberana deste países é uma das manifestações dos custos coletivos de estados predatórios, decorrentes de compromissos não credíveis.

Uma das razões para essa inconsistência temporal de preferências dos governos tem a ver com ciclos eleitorais e com contextos internacionais. Por isso há muita margem para que falhem os mecanismos baseados no auto constrangimento por mecanismos reputacionais, com expectativas de manutenção de uma relação de agencia reiterada em vários ciclos eleitorais

As instituições políticas são “boas” com maior probabilidade se **compreendem mecanismos formais** que constroem decisões arbitrárias com impactos na matriz de direitos de propriedade dos constituintes. – a *divisão de poderes como a solução* mais corrente na modernização política.

2.1- Uma teoria do Estado

Structure and Change in Economic History (1981)

- **O não desenvolvimento encontra uma explicação em Estados designados de “fracos”, onde**

As instituições formais não promovem previsibilidade.



Estados **fracos reduzem os incentivos a investimento** (o que tem efeitos na estagnação ou menor crescimento do rendimento agregado e reflexos na capacidade fiscal)

Antes de analisar as causas da existência de estados fracos, Vejamos as implicações destas observações:

- 1º estados fracos não promovem crescimento porque não incentivam investimento
- 2º estados fracos também não têm elevada capacidade fiscal
- 3º estados fracos promovem ordens sociais instáveis – conflitos latentes ou explícitos.

No conjunto esta é uma teoria do estado predatório: porque não tem capacidade fiscal, o estado opta por alterar as regras fiscais com regularidade, ou criar rendas em parecerias contratuais com grupos de interesse.

2.1- Uma teoria do Estado

Structure and Change in Economic History (1981)

Estados fracos :

- a) **Atuações predatórias** de qualquer das partes do contrato social
- b) Aumentam **risco político**
- c) Inconsistência temporal de preferências do legislador: o dilema do **compromisso credível**

Políticas económicas ou uma teoria do Estado predatório

As instituições políticas são o espaço de conflito social. Situações de conflito incentivam os governos (e o legislador) a ter comportamentos dirigidos a horizontes temporais de curto prazo, que explicam atuações “predatórias”. Aumentam assim o risco das decisões e transações económicas . Neste caso, risco económico derivado das instituições políticas são um subconjunto **do risco político**

Nesse âmbito:

- a) A maximização de receitas públicas não depende de maior eficácia da administração fiscal ou de maior consentimento do contribuinte. Depende da criação de rendas transacionáveis com grupos de interesse; por sua vez, a facilidade com que o estado recorre a criação de rendas incentiva os empresários a atuarem como predadores do estado e a organizarem-se em torno de interesses com efeitos redistributivos.
- b) Estados instáveis e conseqüente elevado o risco político afeta o investimento e introduz incerteza na observação dos direitos de propriedade, o que se relaciona com:
- c) Inconsistência temporal de preferências do governo.

2.1- Uma teoria do Estado

Structure and Change in Economic History (1981)

Para que ocorra o crescimento económico o governo não só deve estabelecer de forma clara os direitos de propriedade, como o próprio governo tem de ter um “compromisso credível” com esses direitos.

A credibilidade de todo o universo das transações económicas depende da previsibilidade que o estado oferece à criação e observação de regras reguladoras das transações. Se o estado é o próprio locus de instabilidade, é pouco provável que as instituições políticas sejam fonte de regras previsíveis.

Por outro lado as sociedades podem ficar trancadas – armadilhadas , (locked in) – num modelo institucional não eficiente, tema a que North dá mais espaço noutra obra, ao interrogar-se a causa da mudança e por que não é sempre no sentido de maior eficiência.

2.2- Path dependence e história

Institutions, Institutional Change and Economic Performance (1990)

Questiona processos de mudança :

Causas exógenas explicáveis por alteração dos preços relativos (evento aleatório)

preços relativos -> alteração dos incentivos na interação social porque as organizações procuram inovações marginais (ou incrementais) para adaptação aos novos contextos;

Mas a procura de inovações depende das instituições existentes.

Dois resultados possíveis:

Nesta obra North explorou o conceito de *path dependence*, tipifica os mecanismos de mudança institucional . Nesta obra tornou claro o que distinguia instituições formais de instituições informais e diferenciou ambas do conceito de organizações.

2.2- Path dependence e história

Institutions, Institutional Change and Economic Performance (1990)

a) Alterações radicais nas instituições e nas organizações – revoluções

b) Alterações incrementais nas instituições

O resultado final (novo equilíbrio) é nova distribuição dos payoffs que pode reforçar a distribuição anterior ou gerar novas organizações -> que causam novas alterações de preços relativos

Explicação em muito dependente do paralelismo entre tecnologia e instituições : o conceito de **path dependence**

2.2- Path dependence e história

Institutions, Institutional Change and Economic Performance (1990)

- Path dependence : característica de processos dinâmicos, baseados em eventos aleatórios, geradores de *feedbacks* positivos (de reforço da trajetória)-cadeia de reação.

trabalhos de Brian Arthur e Paul A. David lançam as ideias que vulgarizam o conceito em economia:

- ideia da história como um processo de ramificação (*branching*), em que há acontecimentos que tornam o percurso irreversível, cujas consequências se acumulam com o tempo.
- <https://www.youtube.com/watch?v=t8KtjLHQOdg>

O conceito de *Path Dependence* foi importado para a análise institucional da economia industrial que questiona os custos de inovação tecnológica.

Economia e engenharia usam habitualmente modelos dinâmicos em que a causalidade da mudança sistema não é explicável por ideia de gênese. Por contraste, a ideia de path dependence sublinha a importância de cada fase da dinâmica do sistema pelo próprio percurso de mudança : acontecimentos que ocorreram antes para explicar acontecimento subsequentes, tornando irreversível a trajetória; a irreversibilidade é uma característica de sistema dinâmicos com características de path dependence.

Esta visão dinâmica de sistemas económicos que admite que a história importa (ou historicidade da economia), não se aplica a todas as situações.

Para simplificar, a teoria presume que há externalidades positivas: quanto mais atores utilizam uma dada tecnologia (atores / setores de uma economia) maior a utilidade de cada ator em usar essa tecnologia. As externalidades positivas (que se reforçam) na utilização de uma dada tecnologia, eleva os custos da sua substituição por outra alternativa (*branching*), mesmo que mais eficiente. Dito isto, significa que os custos/ benefícios de um escolha são definidos pela própria trajetória da evolução do sistema.

A origem da noção de externalidades positivas das redes está em estudos de caso que começaram com o trabalho de Arthur e Davis, sendo um dos mais celebres a questão da

manutenção do teclado QWERTY nos atuais teclados, quando a sua sequencia não é mais intuitiva que outras alternativas, mas foi a melhor adaptada a máquinas de escrever.

2.3 - Desenvolvimento como alteração institucional

Understanding the Process of Economic Change 2005

- **Desenvolvimento é mudança institucional:** instituições que minimizam o atrito da interação social.

Assunção de base na origem das instituições: **Racionalidade dos agentes.**

- **Racionalidade é um comportamento dependente de uma trilogia:**
- **1- cultura (oferece um filtro cognitivo e transmissível por aprendizagem)**
- **2- o ambiente de ação**
- **3- as ferramentas que constroem a ação (instituições)**

Grande parte das ferramentas analíticas estão lançadas nas duas obras atrás indicadas. Em *Understanding the Process of Economic Change*, de 2005, North foca-se estritamente no problema de mudança institucional como uma característica do desenvolvimento.

Para isso precisa de explicar mudança ou que fatores a tornam menos provável : Em primeiro lugar considere-se que a análise institucional concebe dois tipos de mudança, conforme indicado no slide seguinte.

2.3 - Desenvolvimento como alteração institucional

Understanding the Process of Economic Change 2005

		Escolha dentro das regras existentes	
		Obedece às regras	Não obedece às regras
Escolha de novas regras	Não há procura de mudança institucional	A	C
	Há procura de mudança institucional	B	D

Em primeiro lugar considere-se que a teoria de mudança institucional não obedece a nenhuma visão funcionalista das instituições que presumam a sua evolução para estádios mais eficientes.

Em segundo lugar, a teoria de mudança institucional considera-a o resultado de uma escolha colectiva – uma decisão coletiva que tem um dado *racional*

Essa mudança passa por duas possíveis situações que moldam as escolhas racionais, no sentido de North:

Mudança institucional com alteração dos direitos de propriedade e do sistema complexo de incentivos à coordenação e ação coletiva sem conflito.

Mudança institucional porque há adaptação dos comportamentos às instituições existentes que podem ou não forçar uma mudança incremental.

No diagrama reconhece-se que grupos de interesse que estão em A não têm incentivo a qualquer tipo de mudança institucional, enquanto que os grupos de interesse na célula D serão fator de instabilidade ou conflito social que pode causar a mudança em rutura (revolução). Já as posições intermédias poderão causar mudanças incrementais que North identificou no livro *Institutions and Institutional change*.

Os fatores identificados como bloqueadores da mudança – (presntes em todas as células

menos em D) serão

- a) racionalidade limitada dos agentes – os agentes pautam-se mais por comportamentos de satisfação do que por comportamentos de maximização: a sua racionalidade pauta-se por cursos/benefícios de mudança uma vez atingido um dado grau de satisfação.
- b) Custos de ação coletiva – (ver Mancur Olson) que são inibidores da eficácia de grupos se organizarem (mesmo havendo grupos latentes , não organizados, em posição D)
- c) Custos de transação políticos que tornam difícil mudar as regras existentes.
- d) Path dependence

Portanto, mudança ocorrerá se o poder de atores em D representarem interesses de relevo social e se organizarem – amplamente discutido em Acemoglu e Robinson no texto que têm para analisar.

2.3- Desenvolvimento como alteração institucional *Understanding the Process of Economic Change* 2005

Desenvolvimento significa mudança de instituições

interações pessoais - baseadas em reciprocidade (aqui e agora)
estritamente reguladas por instituições informais

são substituídas por

interações impessoais – baseadas em reciprocidade indireta ou
temporalmente diferida, dependente de regulação de instituições
formais.

North neste livro *Understanding the Process of Economic Change* entende desenvolvimento de uma forma sintética: mudança do tipo de instituições que asseguram comportamento cooperativo.

De instituições informais – ou sancionadas por relações bilaterais, sem mediação de uma terceira parte; o desenvolvimento presume escala o que gera externalidades positivas das redes.

A maior extensão das redes não significa maior densidade das mesmas. Pelo que essas externalidades positivas só podem ocorrer com a eficácia de instituições formais, em que a interação é impessoal e se concretiza por aplicação de sanções formais.

2.3- Desenvolvimento como alteração institucional *Understanding the Process of Economic Change* 2005

Desenvolvimento : uma matriz de instituições que

- a) Assegura jogos cooperativos mesmo em interações impessoais
os payoff de cooperação são derivados das externalidades positivas das redes amplas de relações
- b) Redes amplas constroem confiança pela intervenção de **instituições formais** (que asseguram observação de contratos, - em termos macro- a credibilidade de sistemas financeiros, ou do Estado)

Desenvolvimento é assim definido como uma ordem social em que a maioria das interações não está constrangida por problemas de incerteza estratégica, sendo a superação do problema dependente da existência com um compromisso credível do estado.

2.3-Desenvolvimento como alteração institucional

Understanding the Process of Economic Change

2005

Por que é esta passagem é lenta, ou por que ocorre primeiro numa área muito restrita do globo?

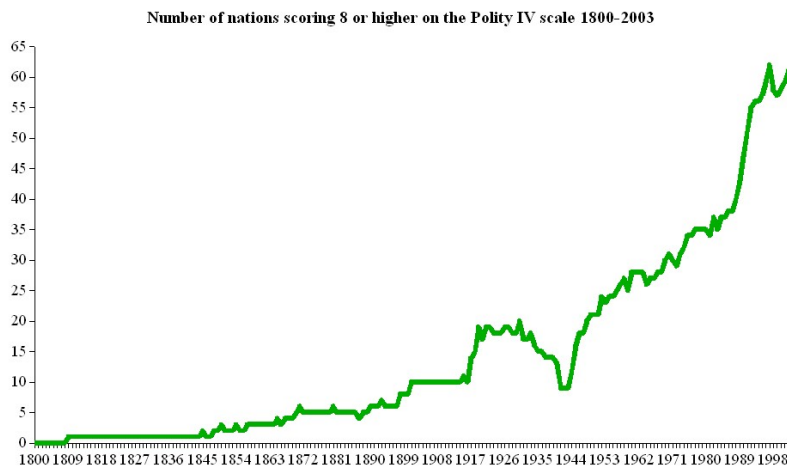
Porque desenvolvimento depende de um Estado como organização efetiva no provimento de instituições

Essa evolução tem vários caminhos possíveis e

- A) elevada probabilidade de trajetórias de mudança terem equilíbrio menos eficientes , onde a componente predatória do estado se sobrepõe
- B) porque as instituições tem elevada probabilidade de esclerosarem e reforçarem a trajetória
- C) se o processo de mudança é path dependent, o acontecimento inicial que coloca em movimento a mudança é aleatório

Em ultima instancia essa generalização de instituições que garantem interação impessoal sem custos só pode vir da transformação do estado. E as boas instituições políticas não são distribuídas equitativamente pelo mundo inteiro. Muitos casos de mudança que levaram a equilíbrios em instituições menos eficientes , ou seja a estados predatórios

3- Desenvolvimento político: causa ou consequência de crescimento económico?



A importância nos estudos de desenvolvimento da análise institucional passa sobretudo pela interceção que a nova economia institucional faz com a ciência política.

Entre 193 países, apenas cerca de 70 tem um score superior 8 no Índice de qualidade política das instituições (Polity IV)

De um mínimo de -10 a um máximo de 10.

O mínimo são as autocracias de -10 a - 6

Os estados intermédios de -5 a 5

Democracias, de 6 a 10

O gráfico exhibe o número de democracias.

Índices que assumem a quase identidade de resultados entre democracia (pela presunção de ser uma solução constitucional que assegura melhor um compromisso credível dos executivos) e Liberdade económica. – Economic Free Index – da Fraser Institute (Canadá)

3- Desenvolvimento político: causa ou consequência de crescimento económico?

Os índices de qualidade das instituições, inclusive Polity IV ou Economic Free Index):

Consideram,

- Risco de expropriação pelo governo
- O Estado como organização provedora de forma efetiva de lei e segurança
- Constrangimentos ao executivo (policentricidade da governação) - compromisso credível.

As duas primeira medidas não medem qualidade do governo, medem o resultado – inferem a qualidade pelo resultado.

- Estas medidas não diferenciam ditadores que “escolhem” ter um compromisso credível das democracias que não tiveram outra hipótese se não terem um compromisso credível

Deste modo, e pelas críticas acima apontadas, qualquer estudo que esteja estatisticamente suportado por regressões (mesmo que com resultados significativos) tem interpretação problemáticas, uma vez que estes índices misturam resultado de instituições que não são mensuradas e instituições medidas.

3- Desenvolvimento político: causa ou consequência de crescimento económico?

La Porta et al., observam instituições políticas mas discutem a causalidade reversível:

Enfatizam a necessidade de capital humano e acumulação de capital físico como condição para começar crescimento sustentado

Democracia e outras melhorias de qualidade de governo é uma consequência de educação e saúde – experiência de Coreia do Norte, Taiwan e China- que cresceram rapidamente sob regimes autocráticos.

Esta visão assume que “bons ditadores” desenvolvem políticas que favorecem o mercado: respeitam direitos de propriedade como uma componente de política económica pro- crescimento – uma escolha pública

Diferentes abordagens de **Glaeser**, Edward L., **La Porta**, Rafael; **Lopez-de-Silanes**, Florencio, and **Shleifer**, Andrei 2004. “Do Institutions Cause Growth?” *Journal of Economic Growth* 9 (3) (September): 271–303, trouxeram para a discussão a importância das instituições, em especial dos regimes políticos, para a crescimento e concluíram que:

As instituições tem um efeitos estatísticos significativos se o nível de capital humano é elevado. Não há uma verificação estatística de que crescimento seja a consequência de boas instituições.

3- Desenvolvimento político: causa ou consequência de crescimento económico?

- a) os países pobres saem da pobreza por boas políticas seguidas por regimes **sem** checks and balances
- b) Capital humano é uma fonte mais básica de crescimento que instituições
- c) Só depois de décadas de crescimento, o crescimento se repercute na qualidade das instituições

Em síntese: o crescimento é causa estatisticamente significativa de boas instituições políticas. E porquê?

3- Desenvolvimento político: causa ou consequência de crescimento económico?

Fundamentos

Educação resulta em qualidade das instituições porque literacia difunde informação sobre as escolhas boas e más dos governos

Cidadãos educados têm maior propensão a resolver atritos por negociação (visão Aristotélica do poder)

Para estes autores não importa o regime, qualquer regime pode ser desvirtuado (visão aristotélica do poder). O que interessa é se as políticas visam o bem comum.

As boas instituições são aquelas em que os governantes tem comportamentos que asseguram o interesse comum; as más são aquelas em que os governantes têm em vista o interesse próprio. Esse desvio tanto ocorre na democracia como nas ditaduras.

3- Desenvolvimento político: causa ou consequência de crescimento económico?

Aplicando estes pressupostos a análise econométrica, La Porta et al, concluem, aplicando às Américas (Norte e Sul):

“Europeans who settled in the New World may have brought with them not so much their institutions, but themselves, i.e., their human capital”

Ntes base La Porta et ali. Reapreciam assim a obra de de Acemoglu e Robison.

Objectivos

Identificar os princípios básicos da análise económica do Estado na perspectiva da economia neo institucional (ou NEI):

- a) Diferenciar estado forte de estado fraco
- b) Identificar os pontos comuns com a teorias de escolha pública
- c) Identificar os principais contributos da abordagem da NEI para análise de desenvolvimento

Identificar linhas de pesquisa nos estudos de desenvolvimento tributárias destas análises:

- a) Conceito e importância analítica de path dependence (dependência de trajetória)
- b) dimensão política de desenvolvimento
- c) Múltipla causalidade do crescimento económico.

Bibliografia

- **Dixit**, Avinash K. , 1996, *The making of Economic Policy. A transaction cost Politics Perspective*, Center Of Economic Studies, MIT Press, Cambridge-Massachusetts.
- **Fukuyama**, Francis, 2011, *The Origins of Political Order*, Profile Books, London
- **Glaeser**, Edward L., **La Porta**, Rafael; **Lopez-de-Silanes** ,Florencio, and **Shleifer**, Andrei 2004. "Do Institutions Cause Growth?" *Journal of Economic Growth* 9 (3) (September): 271–303.
- **North**, D. and **Weingast**, B., 1989. 'Constitutions and commitment: evolution of the institutions governing public choice in seventeenth-century England', *Journal of Economic History*, 49 803–32.
- **Schumpeter**, Joseph [1991], "The Crisis of the Tax State", in SWEDBERG, R. (ed), *The Economics and Sociology of Capitalism*, Princeton, Princeton University Press